

## CPI da Dívida quer saber se houve ordem para 'pedalada fiscal'

## SÃO CAETANO

## CPI apura se Stefânia foi responsável pelas pedaladas fiscais ou se ordem veio de cima

Integrantes da CPI da Dívida pretendem esclarecer se as pedaladas fiscais, que levaram a cidade a acumular um passivo de R\$ 1,15 bilhão, foram deliberadas pela ex-secretária da Fazenda Stefânia Wludarski ou se ela agiu a mando de alguém. Pagamentos a fornecedores foram suspensos em agosto de 2024. *Política 4*

## CPI da Dívida quer saber se houve ordem para 'pedalada fiscal'

Grupo de trabalho busca elucidar possíveis falhas ou se ocorreu ação deliberada para comprometer o caixa da Prefeitura de São Caetano

WILSON GUARDIA

wilsonguardia@dgabc.com.br

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida, que apura possíveis irregularidades e suposta 'pedalada fiscal' que levaram São Caetano ao endividamento de R\$ 1,15 bilhão, quer esclarecer se as ações de suspensão de pagamentos a fornecedores foram deliberadas por Stefânia Wludarski, ex-secretária da Fazenda, ou a mando de alguém.

"Queremos saber aonde que a coisa se perdeu. Se tem mais gente por trás, de onde veio a ordem. Se não veio ordem, se foi de ofício, ou se foi feito um movimento na preocupação de fechar as contas daquele ano, esquecendo-se da Lei de Responsabilidade Fiscal", declarou o vereador César Oliva (PSD), presidente da CPI e líder do governo na Câmara.

A 'pedalada', em linhas gerais, trata-se de manobra contábil feita pelo poder Executivo para tentar maquiagem o equilíbrio entre receitas e despesas nas contas públicas e empurrar os débi-



CONTAS. Stefânia Wludarski cuidava das finanças da gestão Auricchio

tos para o próximo exercício fiscal.

Instaurada no dia 3 de junho, a Comissão Parlamentar de Inquérito não tem, segundo seus integrantes, o objetivo de fazer "caça às bruxas". A CPI quer entender o que de fato aconteceu nos últimos 12 meses da gestão do então prefeito José Auricchio Júnior (PSD) e "dar respostas à sociedade, que tanto cobra", segundo o autor da pro-

positura, vereador Marcel Munhoz (Progressistas).

Stefânia é ponto central das apurações do grupo, tendo em vista que toda a movimentação financeira da cidade passava por sua mesa, e ouvi-la poderá esclarecer pontos obscuros.

A CPI espera que a ex-secretária da Fazenda, atualmente adjunta na Pasta que cuida das Finanças e Planejamento de Cotia, se apresen-

te espontaneamente para prestar esclarecimentos.

Entretanto, caso não compareça para dar explicações, há trâmites legais que podem ser seguidos para convocação de Stefânia. "Em um primeiro momento podemos fazer um convite e vamos atuando com a progressão de forças", explicou Oliva.

Os depoimentos da ex-secretária, do ex-prefeito Auricchio e de testemunhas, ainda não têm data para ocorrer. A CPI está na fase de instrução, coleta e análise de documentos. Mais de dez mil páginas foram recepcionadas pelos membros da comissão.

Se no curso da apuração for identificado o dolo, o relatório será remetido ao MP-SP (Ministério Público de São Paulo). A Promotoria, caso acolha a denúncia, levará o caso à Justiça, que poderá condenar ou absolver os envolvidos.

As pessoas citadas na ação judicial, se condenadas, poderão até ter os bens requisitados para cobrir o rombo nos cofres públicos e os direitos políticos suspensos por oito anos.

## OUTRO LADO

Auricchio, toda vez que foi instado a se manifestar por telefone, preferiu não comentar sobre o assunto CPI. No entanto, ex-prefeito, no início de junho, afirmou que a investigação partiu de um "movimento de natureza política".

O Diário busca ouvir Stefânia, e para isso, fez pedido formal de entrevista à Prefeitura de Cotia, na qual cumpre expediente, mas nenhuma resposta foi apresentada até o fechamento da edição.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Política/Regional/Nacional **Página:** Capa + página 4